



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT 18ª Região

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO ACERVO DOCUMENTAL

TÍTULO	Reclamação Trabalhista
CAIXA NÚMERO	CC-0285
ORIGEM	1ª Junta de Conciliação e Julgamento
NÚMERO	297
ANO	1994
DATA	23 de março de 1994
DIMENSÕES	329 fls.
JUIZ DO TRABALHO	Sebastião Alves Martins
JUIZ CLASSISTA EMPREGADORES	Geraldo de Bastos
JUIZ CLASSISTA EMPREGADOS	Reinan Ferreira da Rocha
OBJETOS	Aviso prévio, diferenças de 13º salário, férias vencidas e proporcionais com o terço constitucional, FGTS, multa do FGTS, seguro-desemprego indenizado, multa do art. 477, da CLT, dobra salarial e assinatura da carteira de trabalho.
DECISÃO	Procedente em parte
NÍVEL	PROCESSO
PRODUTOR	TRT 18ª Região
RECLAMANTE	Derisvaldo de Jesus
RECLAMADO	TKE Artefatos de Couro Ltda (Sucessora de Poliana Ind. Com de Calçados Ltda e Outros (+002))
RESUMO	<p>O Reclamante alegou ser admitido em 19/02/1993 na função de soldador, sem carteira assinada. Disse, ainda, ter sido dispensado sem justa causa em 13/02/1994. Pleiteou aviso prévio, diferenças de 13º salário, férias vencidas e proporcionais com o terço constitucional, FGTS, multa do FGTS, seguro-desemprego indenizado, multa do art. 477, da CLT, dobra salarial e assinatura da sua carteira de trabalho.</p> <p>O Colegiado da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia decidiu, em sentença, por unanimidade de votos, acolher parcialmente os pedidos e condenar o reclamado ao pagamento de férias com 1/3, FGTS de forma indenizada, acrescida da multa de 40% e mais multa de 20% a ser repassada à CEF (gestora do FGTS), Multa do art. 477, da CLT e três parcelas de seguro-desemprego, bem como efetivar a anotação da CTPS do autor (fls. 47 a 51).</p>
2ª INSTÂNCIA	Não houve

RELATOR	
REVISOR	
DECISÃO	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PROCESSO	PÉSSIMO
RESPONSÁVEL	Aurélia Cristina Baião Melo